



## **Encruzamento da(S) Cultura (S) Política Brasileira: a Influência das Novas Tecnologias da Comunicação no Contexto Atual<sup>1</sup>**

Karol Natasha Lourenço CASTANHEIRA<sup>2</sup>

Alvaro Stringhetti FERREIRA<sup>3</sup>

Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal, MG

### **RESUMO**

Objetiva-se neste artigo refletir sobre a (s) cultura (s) da política brasileira em duas perspectivas a dos políticos e a da sociedade civil e, em que medida, as novas tecnologias da comunicação influencia na construção e na relação dessas culturas. Apesar das inúmeras críticas a pluralização do termo cultura, optou-se pela linha de pensamento dos estudos culturais, especificamente de Thompson. Como metodologia este trabalho recorre à pesquisa bibliográfica para obter embasamento teórico capaz de explicar a prática da velha guarda da política no cenário contemporâneo, alterado em certa medida, pelo surgimento das novas práticas comunicacionais, pela densidade da fragmentação social e por tentativas de quebra da apatia política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política; Culturas; Práticas Comunicacionais

### **1. INTRODUÇÃO:**

O crescente aumento de pessoas com acesso à internet e de iniciativas bem sucedidas na web, como por exemplo, nas eleições presidenciais americanas<sup>4</sup>, motivaram alguns políticos a utilizarem as plataformas digitais como meio de divulgação da campanha eleitoral. Porém, o que se percebe ainda é um choque entre políticos, no qual, de um lado encontram-se os “tradicionalistas” enraizados no modo unilateral em se produzir política e os que buscam maneiras mais eficazes em se lançarem na internet, a fim de interagirem, mesmo que somente em períodos eleitorais.

Este choque cultural político é a problematização central deste artigo que visa refletir sobre o cenário brasileiro contemporâneo, tanto na perspectiva dos políticos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação pela Unesp-Bauru. Docente do curso de Comunicação Social- habilitação em Jornalismo na UEMG-Frutal, email: [karolnatasha@hotmail.com](mailto:karolnatasha@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutorando pelo Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara – Uniara. Docente do curso de Direito na UEMG-Frutal, email: [alvaro.s.ferreira@hotmail.com](mailto:alvaro.s.ferreira@hotmail.com).

<sup>4</sup> Segundo o documentário Obama Digital , foram arrecadados 750 milhões de dólares para sua campanha, sendo que 67% foram doações pela internet. Além disso, dos 3,1 milhões de doadores, 93% depositaram menos de cem dólares. Esse método baseado na altíssima mobilização rápida e descentralizada partindo da rede digital fez com que a campanha fosse mais barata, sofisticada e eficiente. A consequência, do fenômeno Obama, produziu, ainda que de forma não otimizada, a corrida digital dos políticos a fim de angariar votos e arrecadar dinheiro.



quanto da sociedade civil. Devido à complexidade do que se pretende, este trabalho está mais para trazer apontamentos do que definições.

Espera-se, portanto, entender como se relacionam essas a(s) cultura(s) na política brasileira com as novas práticas comunicacionais que se abrem em possibilidade, mas se fecham, muitas vezes, em exercício. Estas práticas são pautadas ainda por velhos costumes, velhos prazeres em entender e fazer política e se deparam com às novas exigências de um eleitorado que tende a ser mais engajado, mais informado e tecnologicamente mais acessível.

Este artigo questiona as bases do poder e em que medida e las querem e buscam se transformar. E se não se transformam, por que não se transformam? Como se comporta a sociedade civil diante disto? É vivenciado ainda um cenário de apatia ou um movimento capaz de sair dessa inércia? Como as tecnologias contribuíram para o encruzamento dessas culturas? Para responder a essas questões, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica para buscar apontamentos teóricos capazes de fundamentar estas questões de pesquisa.

## **O CONTEXTO**

As ideologias políticas compreendidas como discursos originados da dinâmica das relações de classe, com papel relevante nos conflitos sociais e políticos, que tomaram corpo a partir do século XIX, perderam força na contemporaneidade.

Dentre tantos motivos, como a crise da democracia e o neoliberalismo, a ideologia partidária, toma novo corpo com o fim da Guerra Fria. Ela se perde, assim como a identidade dos partidos políticos que são afetados em sua base estrutural. Antigamente classificavam-se os partidos como sendo de massa e tendo uma ideologia definida. Os vínculos de pertencimento e o fazer político eram direcionados pela ideologia dominante da legenda. Esta estabilidade é abalada e, como consequências, podem-se elencar o fim da fidelidade eleitoral, debilitação partidária por parte da cidadania, declive da militância, apatia ao cenário político, peso do individualismo frente aos valores coletivos e fim de uma ideologia clara (CASTANHEIRA,2012).

Nesse sentido, ao pensar a questão da democracia, Castoriadis (1987; 1986) culpa as pseudo-"democracias" ocidentais contemporâneas, por inverterem a lógica do processo político contemporâneo. De fato, sustenta, transformaram em grande parte, a esfera pública em privada: as decisões verdadeiramente importantes se tomam em segredo e depois acabam legitimadas nos bastidores do Governo, do Parlamento, dos



partidos, ou seja, se burla e se altera completamente o conceito de política, tal como deveria ocorrer na sociedade.

Aceitar as abordagens de Castoriadis (1987) como corretas implica em pensar na relação entre o avanço tecnológico da sociedade, notadamente a internet, e o ganho social no intuito de aferir se estaríamos num momento em que a tecnologia poderia colaborar para superar a apatia descrita por ele. O percurso a ser seguido impõe uma lógica capaz de identificar como interferem esses avanços na relação individual, público- privado e público/público.

Os dirigentes da sociedade, prossegue o autor, teriam se aproveitado da desmobilização social promovida pelo neoliberalismo para agir livremente, o que ocasionou o desinteresse da população por temas políticos, pois ela se sente enganada e manipulada pelos seus representantes.

No entanto, os acontecimentos destes últimos dois anos, nos leva a repensar a configuração e a atuação da sociedade na vida política do país. Se antes, ao resgatar alguns fatores históricos que influenciaram a construção de uma “mentalidade coletiva” notava-se “o distanciamento, o desencanto e a desconfiança generalizada”, caracterizando uma cultura política “fragmentada e de desconfiança” (BAQUERO, 2001, p.99), hoje é possível pensar que parte dos cidadãos está agendando a política como pauta de suas discussões e reivindicações.

Um exemplo válido ocorreu em plena Copa das Confederações, evento que antecede a Copa do Mundo, que veio a se realizar em 2014. O país chamou a atenção não por ser o país do futebol, mas pelo movimento democrático que se iniciou no começo de 2013 com o aumento da tarifa de ônibus em Natal, no Rio Grande do Norte, mas que ganhou visibilidade em 17 de junho de 2013 em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Essas manifestações colocaram em xeque o discurso da mídia tradicional, a representação partidária e a própria gestão pública.

A internet ocupou papel fundamental para a divulgação e para o engajamento da população. Com os bordões “Acorda Brasil” e “Vem pra rua”, à reivindicação foi muito além dos vinte centavos de aumento da tarifa do ônibus, mas projetou várias pautas que estavam sendo negligenciadas pelo poder público, como educação e corrupção. Outros assuntos, como o projeto de cura gay, a emenda Constitucional 37 e os gastos excessivos com a copa também ganharam espaço.

O que parecia ser algo pontual se estende até os dias de hoje com vários movimentos espalhados pelo país. A desinformação, o discurso de ódio e a falta de



organização e planejamento para ações colaborativas às políticas públicas são elementos que se fazem ainda bem presentes. Todavia, é inegável pensar que a apatia está sendo rompida paulatinamente e as novas tecnologias estão contribuindo para estas novas práticas sociais e culturais.

### **A (S) CULTURA (S)**

No século XX, após a Europa passar por duas grandes guerras, atrelado ao desenvolvimento da comunicação de massa na década de 60, o termo cultura no singular, passou a não fazer mais sentido. Como afirma Cevalco (1993, p.19), “nesse momento, a Cultura, com letra maiúscula, é substituída por culturas no plural”.

Neste contexto, um grupo de intelectuais britânicos destacou-se por ter a preocupação de tentar reformular o conceito de cultura, de forma que este novo conceito os ajudasse a entender as transformações culturais pelas quais a Europa passava naquela época e, principalmente, a Inglaterra, que enfrentava uma crise política e econômica (LIMA, 2009). Assim, esses pensadores fundaram uma nova disciplina, que ficou conhecida como “estudos culturais”.

Entre esses intelectuais, este artigo destaca o pensamento de Thompson ao entender a cultura como não homogênea e não determinada pela estrutura econômica, como assim pontuava os marxistas.

A preocupação do historiador inglês era reconstruir as experiências das pessoas comuns. Para isso, afirmou que era preciso compreender o passado à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência. Ao lançar a ideia de se recuperar a experiência das pessoas, Thompson estruturou sua contribuição aos estudos da cultura. No entanto, um dos pontos críticos dessa perspectiva é que o determinismo econômico proposto por Marx acabou sendo substituído pelo “determinismo cultural”.

Independente da crítica, ao pensar a cultura em suas diversas faces, Thompson torna-se um autor importante para ser revisto. É necessário analisar o peso das matrizes culturais no processo de construção democrática como componente essencial para a compreensão da sociedade, que se evidenciam contradições e fragmentações (DAGNINO, 2002).

De fato, muitas mudanças culturais têm sido observadas ao longo da história na sociedade brasileira; no entanto, ao mesmo tempo, vê-se uma série de elementos herdados desde o período colonial, que permanecem fortemente enraizados na cultura



do povo brasileiro e que se manifesta em maior ou menor grau nas culturas políticas do país<sup>5</sup>.

De acordo com Gaona (2000 apud FANTINEL, 2011), não se concebe uma cultura política como uma unidade, uma entidade homogênea e integrada plenamente a determinados setores, grupos ou classes sociais – ao contrário, seria a cultura política heterogênea, com base na qual os atores sociais constroem percepções sobre as relações de poder e sustentam sua ação política.

A cultura política seria, assim, o universo simbólico associado ao exercício e às estruturas de poder, síntese heterogênea, por vezes contraditória, de valores, conhecimentos, opiniões, crenças e expectativas, com base na qual se integra a identidade política dos cidadãos, grupos sociais ou organizações políticas (GAONA, 2000). Portanto, o político não se restringe ao âmbito das instituições onde se exerce a política formal, mas abrange (e se expressa através de) múltiplos e diversos espaços da vida social (FANTINEL, 2011).

### **A POLÍTICA PELOS POLÍTICOS**

Faoro (2001), por meio do livro *os Donos do Poder*, fundamenta a formação do patronato político brasileiro, revelando a contradição no processo de modernização do país, que sofreu e sofre com a base “anacrônica” das instituições que são comandadas por um estamento burocrático<sup>6</sup>.

De acordo com Faoro (2001), a política portuguesa herdada pelo Brasil, contribui na forma de um estado patrimonial que sufoca o dinamismo intrínseco da sociedade. As transformações oriundas da independência e a modernização, não foram suficientes para ameaçar as estruturas mais profundas de poder, vigiadas por um estamento burocrático maleável e resistente.

Este estamento, de acordo com o autor, comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira.

No campo econômico, as medidas postas em prática, que ultrapassam a regulamentação formal da ideologia liberal, alcançam desde as prescrições financeiras e

---

<sup>5</sup> A expressão cultura política em si foi cunhada na década de 1960, buscando reunir as diferentes perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos, incorporando às análises da política uma abordagem que levasse em conta aspectos subjetivos das orientações políticas.

<sup>6</sup> Entende-se por estamento uma estratificação social, comandada por um grupo de pessoas que constituem determinado poder e impedem atividades potencialmente capazes de expandir o âmbito da competição do próprio poder.



monetárias até a gestão direta das empresas, passando pelo regime das concessões estatais e das ordenações sobre o trabalho. Nas suas relações com a sociedade, o estamento diretor provê acerca das oportunidades de ascensão política, ora dispensando prestígio, ora reprimindo transtornos sediciosos, que buscam romper o esquema de controle.

Faoro (2001) dialoga com Schwartzman (1998) quanto à composição histórico-política do Brasil. Para Schwartzman (1998, p.48), a base de formação do país é fortemente autoritária e patrimonialista: “A questão da democracia tem muito a ver com o passado colonial e com o sistema político e econômico de índole patrimonialista do qual não conseguimos ainda nos livrar, não obstante os passos substanciais que já demos no sentido da modernidade”.

Segundo Schwartzman (1998), o Estado é um setor diferenciado dentro da estrutura social, organizado em linhas burocráticas e capaz de considerável protagonismo regulatório e até empresarial. Essa formação estatal relaciona-se com a sociedade através de mediações também sólidas e sedimentadas, a partir do que ele define subsistemas de participação, divididos entre representativos e de cooptação.

No primeiro tipo de subsistema, o representativo, demandas sociais se aglutinam e organizam como grupos de interesses, partidos e outros agentes e pressionam autonomamente por acesso e participação no sistema político. É o padrão próprio de formações sociopolíticas mais avançadas e plurais, nas quais “cocurutos” corporativos da era pré-capitalista e a moderna estrutura de classes funcionam como pilares da estratificação social.

No sistema de cooptação, próprio do patrimonialismo, portanto do Brasil, sucede o contrário. O Estado não responde a demandas substantivas ou de acesso por parte de novos atores — ao contrário, ele é que os molda, seleciona e pinça os que lhe convém admitir e cultivar (SCHWARTZMAN, 1998, p. 121-123).

Para o autor, fica difícil concordar que apesar da complexidade crescente da sociedade, por si mesma, deverá levar à organização de um sistema político partidário mais aberto, com formas crescentes de participação social e política. Vai ser muito difícil dar marcha à ré nessa tradição. E isso não será alcançado, como querem alguns, por meio de simples fórmulas político-eleitorais; ou, como querem outros, graças a uma súbita revolução libertadora (ANDRADE, 1982).

Ainda segundo Andrade (1982), em matéria publicada no Jornal do Brasil, a respeito da obra de Schwartzman, a forma pela qual o Estado brasileiro impõe a sua



tutela é denominada pelo autor de “Bases do autoritarismo brasileiro” de “cooptação política”. A esse respeito transcreve Richard Morse: “Os povos latino-americanos preferem alienar e não delegar poderes a seus líderes escolhidos ou aceitos” (apud ANDRADE, 1982).

Para concluir esta parte, duas questões podem ser levadas em conta em uma abordagem crítica sobre Simon Schwartzman e Raimundo Faoro, apesar de não poder desprezar a grande influência de ambos para o entendimento da oposição dos políticos tradicionalistas, que continuam a dificultar a implementação de políticas tecnológicas que incentivem a cidadania interativa.

A primeira questão faz menção à formação das bases do poder na história política do país. Mesmo que o patrimonialismo seja a base do poder da sociedade brasileira, não se deve pensar a tradição autoritária e patrimonial como sendo a única tradição política no Brasil, que sofreu grandes influências, inclusive do pensamento liberal.

O segundo argumento, diz respeito a forças externas que influem sobre a rede da política brasileira, caracterizada pela centralização do poder e das tomadas de decisões. No entanto, ao olhar os últimos acontecimentos e iniciativas mais plurais por meio de governos eletrônicos, como o e-democracia e as potencialidades da internet para consumir e produzir informação pode-se pensar que no mínimo existem duas forças atuantes na esfera política, uma enraizada na tradição patrimonialista e a outra nos efeitos da modernidade tardia, marcada pelas novas formas de sociabilidades a partir das práticas comunicacionais.

Sendo assim, por mais que os autores centrais de uma rede tentem manter a sua posição e seu grau de influência, como uma espécie de remodelamento a esse novo período histórico, a globalização se insere nesse contexto como uma força “externa” que se funde localmente e produz um cenário diferenciado, por meio de uma sociedade mais complexa, informatizada e com uma tendência mais descentralizadora.

Apesar desse aparente pessimismo proposto por Simon e Faoro, como foi elucidado, eles são pertinentes por explicarem a posição de muitos políticos tradicionalistas em se oporem a novos métodos de campanha e participação social, já enquanto eleitos. Nota-se por meio dos sites do Congresso Nacional, um aglomerado de informações com pouco espaço para deliberação e interatividade.

Esse quadro, em períodos eleitorais, é em parte quebrado, por alguns candidatos que enxergam na internet uma forma de aumentar o engajamento cívico do país, de



fortalecer a cidadania e abrir espaços para a argumentação dos usuários que servirão de base para a formulação de propostas, como foi o caso da candidata do Partido Verde, Marina Silva, nas eleições presidenciais de 2010 (ver Castanheira, 2012). Porém, percebe-se nesse mesmo trabalho, uma postura tradicional e unilateral do próprio PV na utilização dos recursos digitais.

Na condição de políticos, é evidente pensar atualmente em um choque de cultura nas bases do poder, que de um lado, estão os tradicionalistas que insistem nos velhos moldes em se fazer e praticar a política, e de outro, um grupo de “inovadores”, que colocam em xeque essas velhas práticas e adotam iniciativas mais plurais em se construir a política, mesmo que ainda de forma limitada.

Nessa perspectiva, Pait (2013), oferece questões pertinentes: Será que a expansão do ensino superior, o enorme acesso à informações, a entrada firme na sociedade de consumo e a exposição a modelos diferentes de organização não trarão novos anseios à população brasileira, tais como maior autonomia quanto aos “donos do poder” e maior poder decisório sobre suas vidas pessoais, políticas e econômicas? Ou o antigo estamento conseguirá, mais uma vez, reequilibrar-se confortavelmente?

Essas perguntas não serão respondidas neste presente artigo, mas servem de base para uma problematização e uma evidência desse choque político que o Brasil vive na contemporaneidade para adotar iniciativas mais plurais e uma cidadania interativa politicamente. Como foi a iniciativa lançada, em fevereiro de 2013, pela internet para pedir a cassação do presidente do Senado, Renan Calheiros, que conseguiu coletar mais de um milhão de assinaturas.

## **A POLÍTICA PELOS CIDADÃOS**

Os estudos de Marcelo Baquero, influenciados pela tradição da cultura política, apresentados por Borba (2005), identificaram no Brasil um eleitor personalista e pragmático, marcado por fenômenos como o descrédito e a desconfiança em relação à política e aos políticos (BAQUERO, 1994), além de um forte sentimento de ineficácia política (BAQUERO e CASTRO, 1996). Tais fenômenos conduziram a uma cultura política fragmentada e cética, sendo o personalismo "eleitoral" a consequência maior deste processo:





[...] as atitudes de desconfiança e desencanto com as instituições, particularmente com os partidos, se dão num sentido de desvalorização concreta dessas instituições, gerando uma cultura política claramente personalista no sentido estrutural (BAQUERO, 2000, p. 149 apud BORBA, 2005).

Em trabalhos dedicados à aplicação do paradigma de Converse, Baquero (1985; 1994) identificou que a grande maioria dos eleitores da cidade de Porto Alegre (68,6 % em 1982, 65% em 1986, 57% em 1988 e 1989, e 58,7% em 1994) localiza-se nas escalas "natureza dos tempos" ou "sem conteúdo ideológico". Isso significa que a maioria dos eleitores consegue estabelecer pouquíssimas avaliações minimamente coerentes sobre fenômenos diversos da vida política.

Apesar dos dados serem antigos, ao assistir vários vídeos do Mídia Cidadã sobre os movimentos sociais deste ano, é possível notar em boa parte dos entrevistados, a falta de argumento e coerência sobre os reais motivos que os levavam às ruas. A falta de diálogo, reflexão e respeito ao pensamento do outro preocupam como a democracia e a liberdade de expressão estão sendo praticadas e articuladas.

Ao olhar o passado, os problemas eram outros. Antes de 1930, a porcentagem de votantes em relação à população total não passava de 4%; em 1945, com a inauguração do primeiro período democrático da história do Brasil, somente 15% da população são integrados ao processo eleitoral (MOREIRA, 2000). Nesta época, a preocupação em pauta era ter o direito ao voto, isto resumia a participação do cidadão na vida política.

Antes muitos não tinham direito ao voto e agora mesmo ele sendo obrigatório o nível de abstenção parece estar aumentando. Segundo a matéria publicada no Congresso em Foco<sup>7</sup>, baseada nos dados do Tribunal Superior Eleitoral: Um em cada quatro eleitores decidiu não escolher nenhum dos cem candidatos que concorreram às prefeituras no segundo turno das eleições municipais de 2012. Somados os votos brancos e nulos com a abstenção de domingo (28), o índice de rejeição aos candidatos chegou a 26,58%, maior percentual registrado desde as eleições municipais de 2000.

Em consequência, do não cumprimento com a lei eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral<sup>8</sup> divulgou em pesquisa no mês de maio de 2013, que “A Justiça Eleitoral

---

<sup>7</sup> Coelho, Mario; Militão, Eduardo; Haubert, Mariana. **Um em cada quatro eleitores não votou em ninguém.** Congresso em Foco. Matéria publicada em 30 de outubro de 2012. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/um-em-cada-quatro-eleitores-nao-votou-em-ninguem/> Acessado em 5 de maio de 2013.

<sup>8</sup> **Justiça Eleitoral cancela mais de 1,3 milhão de títulos.** Matéria publicada em 14 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Maio/justica-eleitoral-cancela-mais-de-1-3-milhao-de-titulos>



cancelou 1.354.067 títulos dos eleitores que não votaram e não justificaram a ausência nas últimas três eleições”. Desse total, apenas 10, 27% foram regularizados.

Esses números podem ser os primeiros indícios de manifestação dos cidadãos que perderam a confiança na política.

Ao pensar na cultura política, Sales (1994) destaca a desigualdade social como elemento fundamental para a sua compreensão, e remonta ao período colonial tal fenômeno. Para ela, a cultura política, baseada em relações de mando e subserviência, sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, à abolição da escravatura, expressou-se no compromisso coronelista e chegou até a atualidade, em situações que frequentemente não envolvem conflito de fato, mas conciliação.

A cidadania concedida, gênese da construção da cidadania brasileira, está vinculada, contraditoriamente, à não-cidadania do homem livre e pobre, dependente dos favores do senhor – este detentor do monopólio privado do mando, e a quem era possibilitado o usufruto dos direitos elementares de cidadania civil. Tal elemento, que poderia ter sido rompido com a abolição da escravatura, permaneceu através dos mecanismos de patronagem e clientelismo (SALES, 1994 apud FANTINEL, 2011 ).

Ao pensar no contexto atual, sob a perspectiva da corrente culturalista, que toma corpo na atualidade com autores como Roberto DaMatta e Livia Barbosa apresentados no trabalho de Fantinell (2011), a identidade do brasileiro – e, por que não, sua cultura política? – pode ser caracterizada como híbrida entre o moderno e o tradicional. Essa identidade combinou, em seu curso histórico e social, o indivíduo e a pessoa, a família e a classe social, entre outros aspectos aparentemente contraditórios ou sem relação (DAMATTA,1986).

Essa dicotomia entre o moderno e o tradicional passa a receber grande influência da comunicação e da democracia digital. Atualmente, as novas tecnologias da informação e da comunicação abrem possibilidades para que a gestão pública dialogue com os sujeitos sociais, que emergem no cenário político deste início de século. Atender as necessidades e anseios de uma sociedade densamente fragmentada, na qual insurgem sujeitos cada vez menos identificados com os aparatos tradicionais de representação política, requer uma mudança estratégica que envolve tecnologia política, cultura política e gestão da comunicação pública, todas sincronizadas a fim de estimular e concretizar a democracia digital e a participação cidadã.

“O homem de hoje vive consciente da poderosa capacidade da tecnologia” (SANCHES ASLAÍN, 1994). Esta afirmação reflete bem o tamanho da influência



exercida pela tecnologia em todos os setores da sociedade civil, incluindo-se nesta seara o exercício da política, não nos moldes tradicionalistas que se conhece hoje e que ainda encontra-se guardada em modelos políticos conservacionistas, que apenas planejam a política “à moda antiga”, sem conseguir enxergar e se beneficiar das vantagens que a tecnologia pode trazer à nova forma de fazer política.

Dados do IBGE fornecidos pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), no ano de 2013, mostram que 49,4% da população de 10 anos ou mais de idade (85,6 milhões de pessoas) tinham se conectado à Internet. Isto reflete uma sociabilidade mediada digitalmente cada vez mais cedo o que afeta consideravelmente o consumo e a relação dos cidadãos com a política.

A facilidade de participação em redes sociais tornam possíveis agendamentos de paralisações e manifestações de grande porte, movimentos estudantis, sindicais, dentre outros, podendo inclusive se alterar o resultado de uma eleição desde que a estratégia tecnológica passe a fazer parte das campanhas políticas.

Bom exemplo disso foi o chamado “meme” (termo que define postagem replicada incontáveis vezes, adquirindo o caráter viral e atingindo usuários dos mais diferentes matizes) do Facebook relativo à promulgação do novo Código Florestal Brasileiro.

Com o slogan “Veta Dilma”, a mensagem circulou pelo Facebook e pelo Twitter sendo reproduzida incontáveis vezes e provocando reação no mundo real, demonstrando a capacidade de mobilização que as redes virtuais possuem.

Do virtual para o real, o tema de interesse geral, permeado pelo matiz político, mobilizou milhões de usuários em busca do veto presidencial ao projeto tido como “infeliz” pelos chamados facebookianos (neologismo que designa os usuários do Facebook).

Por fim, outro exemplo foi as manifestações no Irã amplamente divulgadas pelos meios de comunicação, que usaram a tecnologia para denunciar as fraudes nas eleições presidenciais, além de organizar manifestações contra essa situação.

## **CONCLUSÕES**

O objetivo deste artigo foi buscar apontamentos e características da formação e da composição das culturas na política brasileira, que possuem em sua raiz uma herança colonial portuguesa patrimonialista como nos propõe Faoro (2001) e Schwartzman



(1998), mas que se depara fortemente com os efeitos das tecnologias da comunicação e da modernidade tardia.

Arelada a uma dessas faces da cultura podemos identificar as dificuldades institucionais de acionar mecanismos de *accountability*, a desigualdade social, a fragilidade na educação e amnésia eleitoral como influenciadores da cultura política do país. Que, como dito, não se insere da mesma maneira, pois é ressignificada pelos papéis sociais que a pessoa ocupa.

Essa sociedade marcada ainda pelo descaso com a educação, os altos índices de corrupção e pela falta de transparência do poder público tenta ainda, mesmo que de forma incipiente, romper com a apatia política arraigada na sua formação.

É difícil pensar se todo aparato tecnológico será capaz de remodelar as bases do poder ou se as reivindicações oriundas dos movimentos sociais ficarão apenas no campo das ideias e do barulho.

O que nos parece certo é que estas tecnologias contribuíram para o encruzamento dessas culturas, ou seja, abriu-se espaço para que elas se cruzem e interfiram umas com as outras. As assimetrias de poderes, cognitivas e de tomadas de decisões no âmbito político ainda são muitas, mas parecem estar sofrendo reajustes com as mudanças sociais e tecnológicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alberto C. (2007). **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record.

ALMOND, G. ; VERBA, S., **The Civic Culture**, Litle, Brown and Company, Boston, 1963;

BAQUERO, M.; CASTRO, H. C. de O. **A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política**. In: BAQUERO, M. (Org.). Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1996.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**. v.11 n.1 Campinas mar. 2005. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762005000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

CASTANHEIRA, Karol. **Análise das mensagens por Marina Silva e pelo Partido Verde no Twitter nas eleições de 2010**. Dissertação apresentada ao Programa Comunicação Midiática da FAAC-UNESP em Bauru. 2012.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CEVASCO, Maria E. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 9 e WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 19.



CONVERSE, P. E. **The nature of belief systems in mass publics**. In: APTER, D. E. (Ed.). *Ideology and discontent*. New York: The Free Press, 1964.

DAGNINO, Evelina. (2002). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp.

DAMATTA, Roberto (1986). **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco.

FANTINEL, Leticia. Algumas questões para se pensar cultura política no Brasil. **Rev. Psicologia Política**, vol.11 no.21 São Paulo jun. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2011000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100003)

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O homem cordial**. In: \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 139-151.

LIMA, Raquel. O conceito de cultura em Raymond Williams e Edward P. Thompson: breve apresentação das ideias de materialismo cultural e experiência. **Revista Cantareira**, 8ª ed. 2009.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MOREIRA, Constanza. (2000). A Esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. **Opinião Pública**, Campinas, VI(1), 17-54.

GAONA, Héctor (2000). **Antropología y cultura política en México**. Em Gaona, H. (Org.), *Antropología Política*, México, D.F.: Plaza y Valdés.

SALES, Teresa. (1994). Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 25, 26-37.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988. 3ª edição revista e ampliada. Versão em PDF disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/bases/capit1.htm>.